

CNJ manda tribunais informarem salários de magistrados no país

Após notícias sobre “supersalários” de juízes em Mato Grosso, o Conselho Nacional de Justiça decidiu fiscalizar com mais rigor a remuneração da magistratura no país e determinou que todos os tribunais enviem folhas de pagamento de cada juiz e desembargador entre janeiro e agosto de 2017, inclusive “verbas especiais de qualquer natureza”.

Fellipe Sampaio /SCO/STF



Cármen Lúcia diz que objetivo é ampliar transparência aos cidadãos e controle de órgãos competentes.

As cópias devem ser encaminhadas em dez dias úteis, sob pena de abertura de correição especial na corte que desobedecer à nova regra, segundo [norma publicada nesta sexta-feira \(18/8\)](#).

Todos os tribunais submetidos ao controle do CNJ (com exceção do Supremo Tribunal Federal) terão de enviar mensalmente essas informações a partir de setembro até cinco dias depois de efetuar pagamentos, “para divulgação ampla aos cidadãos e controle dos órgãos competentes”.

A presidente do CNJ e do Supremo, ministra Cármen Lúcia, anuncia no texto que o conselho criará um site aberto para quem quiser consultar remunerações. Caberá à Presidência do órgão pedir medidas à Corregedoria Nacional de Justiça quando identificar possíveis irregularidades.

Segundo a assessoria de imprensa do CNJ, não será preciso organizar nenhuma equipe específica para analisar os documentos, pois os dados serão divulgados para controle dos órgãos competentes e para controle da regularidade do orçamento e finanças de cada tribunal.

Desde 2015, já existe [resolução do CNJ](#) determinando que tribunais divulguem em seus sites “remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário”.

A ordem foi baseada na Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527/2011](#)), mas o conselho constatou agora

que nem todos as cortes seguem a regra.

Precedente

A medida foi tomada depois de reportagens publicadas nesta segunda (14/8) e terça-feira (15/8), quando o jornal *O Estado de S. Paulo* revelou que 84 juízes mato-grossenses receberam em julho mais de R\$ 100 mil nos contracheques. Entre eles está Mirko Vincenzo Giannotte, titular da 6ª Vara de Sinop, que ganhou R\$ 503,9 mil.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso respondeu que os pagamentos consistem em valores devidos para juízes que foram convocados para substituir outros em entrância superior e, com isso, ganharam direito de receber vencimentos correspondentes, inclusive diárias e transporte.

A corte também disse ter seguido decisão da Corregedoria Nacional de Justiça, que autorizou em janeiro o pagamento de R\$ 29,6 mil a uma juíza por diferenças de substituição. Mas o corregedor nacional, ministro João Otávio de Noronha, [negou qualquer autorização](#) para repasses a vários juízes.

O TJ-MT afirmou ter enviado ao CNJ, nesta sexta, justificativa sobre os repasses a 84 juízes que ganharam muito além do teto constitucional com verbas extras. O documento, no entanto, não foi divulgado.

** Texto atualizado às 17h42 do dia 18/8/2017 para acréscimo de informações.*

Date Created

18/08/2017